

## **Informativo comentado: Informativo 747-STJ (*RESUMIDO*)**

Márcio André Lopes Cavalcante

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

#### **SERVIDORES PÚBLICOS**

**É válido decreto estadual que impõe aos servidores públicos o dever de entregar, anualmente, declaração de bens e valores que compõem o seu patrimônio privado**

ODS 16

**Não extrapola o poder regulamentar da Administração Pública, ou os princípios que a regem, Decreto Estadual que dispõe sobre o dever de agentes públicos disponibilizarem informações sobre seus bens e evolução patrimonial.**

**Os servidores públicos já estão, por força do art. 13 da Lei nº 8.429/92, obrigados na posse e depois, anualmente, a disponibilizar informações sobre seus bens e evolução patrimonial, razão pela qual conclui-se que o Decreto não extrapolou o poder regulamentar.**

**STJ. 1ª Turma. AgInt nos EDcl no RMS 55.819-MG, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 08/08/2022 (Info 747).**

#### **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**

**Sendo anuladas provas produzidas no processo criminal, estas deverão ser excluídas do processo administrativo disciplinar, mas isso não contamina a legalidade da utilização de provas produzidas de forma independente pela comissão disciplinar de PAD**

ODS 16

**A decisão que determina exclusão de elementos probatórios obtidos mediante o acesso ao e-mail funcional de servidor investigado não contamina a legalidade da utilização de provas produzidas de forma independente por comissão disciplinar de PAD, em observância à teoria da fonte independente e da descoberta inevitável da prova.**

**STJ. 3ª Seção. AgRg na Rcl 42.292-DF, Rel. Min. Olindo Menezes (Desembargador convocado do TRF 1ª Região), julgado em 24/08/2022 (Info 747).**

#### **ANISTIA POLÍTICA**

**O espólio possui legitimidade ativa para ajuizar ação postulando pelo pagamento de reparação econômica retroativa à data da concessão de anistia política, na hipótese em que a data do óbito do anistiado é posterior a esta**

ODS 16

**Em ação que busca o pagamento dos valores retroativos devidos em razão da concessão de anistia política, o espólio possui legitimidade ativa na hipótese de a data do óbito do anistiado ser posterior à data do julgamento da anistia, porquanto, nessa situação, os efeitos financeiros retroativos terão natureza jurídica de valores incorporados retroativamente ao patrimônio**

**do de cujus, constituindo direitos patrimoniais transmissíveis aos herdeiros/sucessores do falecido.**

STJ. 1ª Seção. MS 28.276-DF, Rel. Min. Regina Helena Costa, julgado em 10/08/2022 (Info 747).

## **DIREITO CIVIL**

### **CONTRATOS (SFH)**

**Em contrato de mútuo vinculado ao SFH, o termo inicial para a contagem do prazo prescricional da pretensão de cobrança de parcelas vencidas é a data de vencimento da última parcela**

ODS 16

**Caso hipotético: João celebrou com a COHAB um contrato de mútuo, vinculado ao SFH, para aquisição de imóvel próprio. O mutuário se comprometeu a pagar as parcelas em 300 prestações mensais. Deixou de pagar as prestações a partir de julho de 2003. Em agosto de 2016, a COHAB ajuizou execução hipotecária. O executado alegou que a COHAB somente poderia cobrar os últimos 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação. O STJ não concordou.**

**O parcelamento do saldo devedor nos contratos de financiamento imobiliário não configura relação de trato sucessivo, pois não se trata de prestações decorrentes de obrigações periódicas e autônomas, que se renovam mês a mês, mas de parcelas de uma única obrigação, qual seja, a de quitar integralmente o valor financiado até o termo final do contrato.**

**Por se tratar de obrigação única (pagamento do valor total financiado), desdobrada em prestações para facilitar o adimplemento por parte do devedor, o termo inicial do prazo prescricional também será único, correspondendo à data de vencimento da última parcela do financiamento.**

STJ. 4ª Turma. AgInt no REsp 1.837.718-PR, Rel. Min. Raul Araújo, julgado em 09/08/2022 (Info 747).

### **RESPONSABILIDADE CIVIL**

**Em partida de futebol, se houver tumulto causado por artefatos explosivos jogados contra a torcida visitante, o time mandante deve responder pelos danos causados aos torcedores**

**Importante!!!**

**Assunto já apreciado no Info 701-STJ**

ODS 16

**Deve responder pelos danos causados aos torcedores o time mandante que não se desincumbiu adequadamente do dever de minimizar os riscos da partida, deixando de fiscalizar o porte de artefatos explosivos nos arredores do estádio e de organizar a segurança de forma a evitar tumultos na saída da partida.**

STJ. 3ª Turma. REsp 1.773.885-SP, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 30/08/2022 (Info 747).

### **ARBITRAGEM**

**Quando houver cláusula arbitral, em regra, submete-se ao tribunal arbitral qualquer questão que envolva a existência, validade e eficácia da cláusula compromissória**

ODS 16

**A pactuação válida de cláusula compromissória possui força vinculante, obrigando as partes da relação contratual a respeitá-la para a resolução dos conflitos daí decorrentes.**

Como regra, tem-se que a celebração de cláusula compromissória implica a derrogação da jurisdição estatal, impondo ao árbitro o poder-dever de decidir as questões decorrentes do contrato, incluindo decidir acerca da própria existência, validade e eficácia da cláusula compromissória (princípio da Kompetenz-Kompetenz).

Mesmo diante da falência de uma das contratantes que firmou cláusula compromissória, o princípio da Kompetenz-Kompetenz deve ser respeitado, impondo ao árbitro avaliar a viabilidade ou não da instauração da arbitragem.

STJ. 3ª Turma. REsp 1.959.435-RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 30/08/2022 (Info 747).

## DIREITO EMPRESARIAL

### FRANQUIA

Se o contrato de franquia de locação de veículos possui cláusula de exclusividade do franqueado, sem limitar seu alcance, deve-se entender que engloba também as locações realizadas na modalidade 'corporate fleet' (terceirização de frota)

ODS 16

O contrato de franquia deve ser interpretado no sentido de dar alcance do direito de exclusividade do franqueado, inclusive em relação às locações realizadas na modalidade "corporate fleet".

STJ. 3ª Turma. REsp 1.741.586-MG, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 07/06/2022 (Info 747).

### PROPRIEDADE INDUSTRIAL

A utilização, por terceiros, de marcas registradas, como palavras-chave em links patrocinados, com indiscutível desvio de clientela, caracteriza ato de concorrência desleal

#### Importante!!!

ODS 16

Caso adaptado: Braun Passagens e Turismo Ltda é uma agência de turismo que atua no mercado há mais de 30 anos, sendo uma das principais da região. Para resguardar os seus direitos, a empresa registrou a propriedade intelectual da marca Braun no INPI.

A Braun teve ciência de que outra agência de turismo (XYZ) havia vinculado os seus serviços de viagem e turismo à expressão Braun para divulgá-los, de modo que, ao se pesquisar Braun Turismo no Google, aparecerá em primeiro lugar o link dessa agência concorrente.

Desse modo, mesmo que se digitasse o nome da empresa e a sua atividade (Braun Turismo), o primeiro link que aparecia era o da agência XYZ.

A agência XYZ fez isso por meio de uma ferramenta de publicidade do Google, de links patrocinados. Pagou um valor para o Google com o objetivo de que o link da empresa contratante apareça em destaque caso se digite determinadas palavras ou frases. No caso, a agência XYZ pagou ao Google para o link do seu site aparecer em destaque caso o usuário digite Braun Turismo.

O STJ afirmou que isso configurou concorrência desleal.

Configura concorrência desleal a contratação de serviços de *links patrocinados* (*keyword advertising*) prestados por provedores de busca na *internet* para obter posição privilegiada em resultado de busca em que o consumidor de produto ou serviço utiliza como palavra-chave a marca de um concorrente.

STJ. 4ª Turma. REsp 1.937.989-SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 23/08/2022 (Info 747).

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

### **COMPETÊNCIA**

Se, na mesma decisão, é reconhecida a ilegitimidade passiva de autarquia federal e, em razão disso, é determinada a remessa do processo para a Justiça Estadual, a competência para a execução dos honorários sucumbenciais nela fixados é da Justiça Federal

ODS 16

**Caso hipotético:** a empresa Alfa ajuizou ação de indenização contra as empresas Beta e Gama e contra a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em litisconsórcio passivo. Como a CVM é uma autarquia federal, a ação foi ajuizada na Justiça Federal. O Juiz Federal decidiu que a CVM era parte ilegítima para figurar na demanda e, na mesma decisão que excluiu a autarquia da lide, declinou da competência para uma das varas cíveis da Justiça Estadual. Na decisão, o magistrado federal fixou honorários advocatícios sucumbenciais a serem pagos pela autora Alfa em favor da CVM, no valor de R\$ 80 mil. Se esses honorários não forem pagos, eles deverão ser executados pela CVM na Justiça Federal (e não na Justiça Estadual).

No caso, o Juiz federal reconheceu a ilegitimidade passiva da autarquia federal e condenou a autora ao pagamento de honorários, determinando a remessa dos autos à Justiça estadual. Assim, apesar de não ser possível que se dê nos próprios autos, a execução da verba honorária requerida pela entidade federal deve ser processada perante o Juízo federal que constituiu o título executivo.

STJ. 2ª Seção. CC 175.883-PR, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 24/08/2022 (Info 747).

### **CUSTAS**

A isenção prevista em favor da Fazenda Pública no art. 39 da Lei 6.830/80 não pode ser estendida às despesas com o deslocamento dos oficiais de justiça para a prática do ato citatório

**Importante!!!**

**Compare com o Info 710-STJ**

O art. 39 da LEF prevê que “a Fazenda Pública não está sujeita ao pagamento de custas e emolumentos”.

As despesas com a citação POSTAL estão compreendidas no conceito de “custas processuais”. Logo, aplica-se o art. 39 para as despesas com citação postal (REsp 1.858.965-SP - Tema 1054). Por outro lado, as despesas com o deslocamento dos oficiais de justiça não configuram custas ou emolumentos. Sua natureza jurídica é de “remuneração de terceiras pessoas acionadas pelo aparelho jurisprudencial” (REsp 1.036.656/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, DJe 06/04/2009), motivo pelo qual não estão abrangidas pela isenção de que trata o art. 39 da Lei nº 6.830/80, estando a Fazenda Pública obrigada a realizar o depósito prévio da quantia correspondente.

STJ. 1ª Turma. AgInt no REsp 1.995.692-PB, Rel. Min. Sérgio Kukina, julgado em 22/08/2022 (Info 747).

## **AÇÃO RESCISÓRIA**

É devida a fixação de honorários advocatícios quando, em julgamento de ação rescisória, o Tribunal reconhece a sua incompetência, realizando apenas o juízo rescindendo, e submete ao órgão jurisdicional competente o juízo rescisório

### **Importante!!!**

ODS 16

**Caso concreto:** Município ingressou com ação rescisória no Tribunal de Justiça alegando que o processo não poderia ter sido julgado pela Justiça Estadual considerando que a competência era da Justiça do Trabalho. Rescisória com fundamento no art. 966, II, do CPC.

O TJ julgou o pedido procedente, fez a desconstituição do acórdão transitado em julgado e, em seguida, declinou da competência para a Justiça do Trabalho. Assim, o TJ fez apenas o juízo rescindendo. Mesmo assim, o TJ deverá condenar a parte contrária ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência em favor do Município autor.

A sucumbência da ação rescisória é autônoma em relação à sucumbência da ação originária a ser julgada, eis que assentadas em atuações diversas, em processos diversos e com pressupostos também diversos.

STJ. 2ª Turma. REsp 1.848.704-RJ, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Rel. Acd. Min. Herman Benjamin, julgado em 23/08/2022 (Info 747).

## **MANDADO DE SEGURANÇA**

Em mandado de segurança, a legitimidade para recorrer é da pessoa jurídica de direito público, sendo dispensável a intimação da autoridade coatora para fins de início da contagem do prazo recursal

### **Importante!!!**

ODS 16

Em mandado de segurança, a autoridade coatora, embora seja parte no processo, é notificada apenas para prestar informações, cessando a sua intervenção a partir do momento que as apresenta. Justamente por isso, a legitimação processual para recorrer da decisão é da pessoa jurídica de direito público a que pertence o agente supostamente coator, o que significa dizer que o polo passivo no mandado de segurança é daquela pessoa jurídica de direito público a qual se vincula a autoridade apontada como coatora.

Para fins de viabilizar a defesa dos interesses do ente público, faz-se necessária a intimação do representante legal da pessoa jurídica de direito público e não a da autoridade apontada como coatora.

Dessa forma, é dispensável a intimação pessoal da autoridade coatora para fins de início da contagem do prazo recursal.

STJ. 2ª Turma. AgInt no AREsp 1.430.628-BA, Rel. Min. Francisco Falcão, julgado em 18/08/2022 (Info 747).

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**INQUÉRITO POLICIAL**

Há excesso de prazo para conclusão de IP, quando, a despeito do investigado se encontrar solto, a investigação perdura por longo período sem que haja complexidade que justifique

**Importante!!!**

ODS 16

O prazo para a conclusão do inquérito policial, em caso de investigado solto é impróprio. Assim, em regra, o prazo pode ser prorrogado a depender da complexidade das investigações. No entanto, é possível que se realize, por meio de habeas corpus, o controle acerca da razoabilidade da duração da investigação, sendo cabível, até mesmo, o trancamento do inquérito policial, caso demonstrada a excessiva demora para a sua conclusão.

No caso concreto, o STJ reconheceu que havia excesso de prazo para conclusão de inquérito policial que tramitava há mais de 9 anos.

A despeito do investigado estar solto e de não ter contra si nenhuma medida restritiva, entendeu-se que a investigação já perdurava por longo período e que não havia nenhuma complexidade que justificasse essa demora.

STJ. 6ª Turma. HC 653.299-SC, Rel. Min. Laurita Vaz, Rel. Acd. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 16/08/2022 (Info 747).

**COLABORAÇÃO PREMIADA**

Pessoa jurídica não possui capacidade para celebrar acordo de colaboração premiada, previsto na Lei nº 12.850/2013

ODS 16

Como, nos termos da lei, não se mostra possível o enquadramento de pessoa jurídica como investigada ou acusada no tipo de crime de organização criminosa, também não seria razoável qualificá-la como ente capaz de celebrar o acordo de colaboração nela previsto, menos ainda em relação aos seus dirigentes.

STJ. 6ª Turma. RHC 154.979-SP, Rel. Min. Olindo Menezes (Desembargador convocado do TRF 1ª Região), julgado em 09/08/2022 (Info 747).

**TRIBUNAL DO JÚRI**

O reconhecimento da manifesta contrariedade entre o veredito condenatório e as provas dos autos gera a cassação da sentença e submissão dos réus a novo júri, mas não sua absolvição imediata pelos juízes togados

ODS 16

Caso hipotético: João foi submetido ao tribunal do júri e condenado por homicídio. Ele interpôs apelação alegando que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos, nos termos do art. 593, III, "d", do CPP.

O Tribunal de Justiça concordou com a defesa e deu provimento ao recurso, determinando que o réu seja submetido a novo julgamento pelo Júri

A defesa interpôs recurso especial alegando que o Tribunal de Justiça deveria ter absolvido João e não simplesmente determinado a realização de novo julgamento.

O STJ não concordou. Isso porque o reconhecimento da manifesta contrariedade entre o veredito condenatório e as provas dos autos gera a cassação da sentença e submissão dos réus

**a novo júri, mas não sua absolvição imediata pelos juízes togados, na forma do art. 593, § 3º, do CPP: Art. 593 (...) § 3º Se a apelação se fundar no nº III, d, deste artigo, e o tribunal ad quem se convencer de que a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos, dar-lhe-á provimento para sujeitar o réu a novo julgamento; não se admite, porém, pelo mesmo motivo, segunda apelação.**

STJ. 5ª Turma. AgRg nos EDcl no AREsp 2.069.688/ES, Rel. Min. Ribeiro Dantas, julgado em 21/06/2022 (Info 747).

## RECURSOS

**Em crimes contra a dignidade sexual, é possível afastar, em caráter excepcional, o óbice da Súmula 7/STJ estritamente para a reavaliação de prova ou de dados que estejam admitidos e delineados no decisório recorrido de forma explícita**

ODS16

**Caso adaptado: o réu foi condenado por estupro de vulnerável, na forma consumada. O TJ deu parcial provimento ao recurso da defesa para reconhecer a forma tentada, reduzindo a pena. O Ministério Público interpôs recurso especial insistindo que houve estupro consumado. A defesa do réu apresentou contrarrazões dizendo que o Parquet está pretendendo a revalorização da prova, razão pela qual o recurso especial não deve ser conhecido, nos termos da Súmula 7 do STJ: “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.”**

**Em crimes contra a dignidade sexual, é possível afastar, em caráter excepcional, o óbice da Súmula n. 7/STJ estritamente para a reavaliação de prova ou de dados que estejam admitidos e delineados no decisório recorrido de forma explícita.**

STJ. 5ª Turma. AgRg no REsp 1.995.795/SC, Rel. Min. Jesuíno Rissato (Desembargador Convocado do TJDFT), julgado em 23/8/2022(Info 747).